

IV FÓRUM DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO DO PPA - 2010

RELATÓRIO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

**IV Fórum do Planejamento
Participativo e Regionalizado do
PPA - 2010**

RELATÓRIO

Governo do Estado do Ceará

Cid Ferreira Gomes

Governador

Vice-Governador

Francisco José Pinheiro

Secretária do Planejamento e Gestão

Desirée Custódio Mota Gondim

Coordenação Executiva do IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado

Fátima Coelho Benevides Falcão

Equipe Técnica Responsável

Francisco Menezes de Freitas

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maryland de Oliveira Marinho

Renata Pontes Viana

Odorico de Moraes Eloy da Costa

Sandra Maria Braga

Sandra de Souza

Virgínia Dantas Soares Teixeira

SUMÁRIO

Apresentação, 5

Abertura, 6

Exposições Temáticas, 8

Palestra: Ceará: dinâmica territorial do desenvolvimento

Mesa de Debate 1: Orçamento Público, Transparência e Controle Social

Mesa de Debate 2: Indicadores Regionais sinalizando diretrizes prioritárias para o planejamento governamental e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Resultados do Trabalho em Grupos, 28

ANEXOS

Programação

Avaliação

Participantes do IV Fórum

Registro Fotográfico

Quadro do Trabalho em Grupos

Apresentação

O IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado, realizado no último dia 22 de novembro, significou a culminância de um processo desenvolvido nos quatro anos de gestão do atual Governo, numa aliança firmada entre a Vice-Governadoria e a Secretaria do Planejamento e Gestão e cuja ênfase recai sobre o fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

O evento reuniu 380 representantes de 105 municípios, contando com a importante participação de 21 Prefeitos, das Secretarias e Órgãos Estaduais, da APRECE, das Secretarias e Órgãos Municipais, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, da representação do Governo Federal, Defensoria Pública, Universidades do Vale do Acaraú e do Cariri, Conselho de Educação do Ceará, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Associações de Moradores, Sindicatos, Conselhos, Caixa Econômica, Comitês de Bacias, dentre outros.

Como produtos do Fórum, além dos conhecimentos repassados pelos palestrantes, foram indicadas, pelos grupos, as diretrizes prioritárias para o desenvolvimento das macrorregiões estaduais, a partir da análise das prioridades apontadas durante as oficinas regionais para a elaboração do PPA 2008-2011.

Entende-se que este foi um processo de grande alcance do ponto de vista da mobilização e participação social, que em última análise contribuiu para consolidar um modelo democrático e transparente de gestão pública que se busca aperfeiçoar permanentemente.

Abertura

O IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado iniciou-se com a apresentação do Coral da Seplag e em seguida foi composta a mesa. A Senhora Secretária de Planejamento e Gestão, **Desirée Mota**, deu as boas-vindas aos participantes e fez um breve balanço dos quatro anos de governo, destacando ações de relevância como a implantação das Policlínicas, dos CEO's do Metrô do Cariri, dentre outras ações e projetos importantes para alavancar o desenvolvimento do Estado. Também destacou as ações regionalizadas, a exemplo das Oficinas e Fóruns do PPA, que somaram 14 encontros anuais num esforço coordenado para pactuar ações com os municípios e garantir o exercício do controle social enquanto ferramenta que garante transparência e participação. Por último, desejou um bom dia de trabalho e que todos aproveitassem a oportunidade de escutar a exposição do Professor Borzacchiello, a participação dos Tribunais de Contas e a discussão acerca dos Objetivos do Milênio.

Em seguida, a **Senhora Eliene Brasileiro**, Prefeita de General Sampaio e Presidente da Aprece cumprimentou a todos e parabenizou o Senhor Vice-Governador, Professor Pinheiro, e a Secretária Desirée pela iniciativa da mobilização em torno do PPA, dando o testemunho de que nesses quatro anos a experiência nos municípios favoreceu a participação social. Lembrou que no dia seguinte ao evento haveria uma Audiência Pública na Aprece para discutir o Orçamento para 2011.

Representando o Governo Federal, o **Senhor Wagner Caetano Alves de Oliveira**, Secretário Nacional de Estudos e Políticas da Presidência da República cumprimentou os presentes e assinalou a importância do Fórum. Destacou que os Objetivos do Milênio foram trabalhados no Ceará nos últimos anos e que o Prof. Pinheiro assumiu esta tarefa. Que estes objetivos possibilitam a transformação do país. Falou que a idéia do PPA participativo é pioneira no Brasil e que nenhum outro Estado ousou fazê-lo; significando importante contribuição para a democracia contemporânea. Aliado a isto, os Conselhos, Fóruns e Mesas de Diálogos são experiências que têm contribuído para a construção das políticas públicas no país. Cerca de setenta Conferências foram realizadas nos últimos anos; são exemplos positivos. A redução da fome, da pobreza e das desigualdades não se dará através da ação de um iluminado, mas de estratégias de participação. Por último, parabenizou o Prof. Pinheiro e afirmou que esta experiência lhe dará elementos fundamentais para o exercício do seu mandato como Deputado Estadual. Tudo isto tem contribuído para reduzir as desigualdades no Ceará.

O Deputado Estadual **Júlio César Costa Lima**, da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, parabenizou pela iniciativa e destacou o papel dos gestores e homens públicos no fortalecimento da cultura da participação. Informou que a Comissão de Orçamento também irá às regiões para discutir o Orçamento Estadual, reiterando a necessidade do debate público.

O Senhor Vice-Governador, **Francisco José Pinheiro**, saudou a mesa através do Deputado Júlio César; através da Secretária de Educação, Izolda Cela, lembrando que o PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa e as Escolas Profissionalizantes marcarão a história do Ceará. Lembrou do importante papel da Defensoria Pública, da URCA e da UVA, do Conselho de Educação, a importante contribuição dos Secretários nesse processo. Agradeceu às equipes que trabalharam para viabilizar 56 seminários e 04 fóruns, antecedidos por encontros municipais. O Fórum estabelecia as prioridades; feitas a muitas mãos. Enfrentamos dificuldades como convencer nossas equipes de que seria possível, sondar muitos prefeitos e vereadores mostrando que isto é importante. Plantamos uma semente que precisa ser regada. Este foi o principal programa da Vice-Governadoria que cuidamos com carinho e acredito que terá continuidade. Talvez precisemos de uma década para consolidar esta experiência. Tenho o sentimento do dever cumprido e espero contribuir com o governo e que vocês continuem apoiando com este programa, aliando democracia representativa, que enfrenta dificuldades no mundo inteiro, com democracia participativa. Deixo vocês com o Prof. José da Silva que nos ajudará a fazer uma discussão regionalizada. Obrigado.

Exposições Temáticas

Palestra: “Ceará: dinâmica territorial do desenvolvimento”

José Borzacchiello da Silva

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará desde 1993. Pós-doutoramento em Geografia Humana pela Université de Paris IV - Sorbonne. Professor dos Programas de pós-graduação em geografia da UFC e da UFSE. Membro do comitê científico das revistas - TERRA LIVRE, AURORA GEOGRAPHY JOURNAL (Portugal), NORBA Revista de Geografia (Espanha), CONFINS, MERCATOR e GEO UERJ. Presidente da AGB (1986-1988). Presidente da ANPEGE (2003-2005).

O desenvolvimento regional no Estado brasileiro, em suas diferentes escalas, foi objeto de ampla intervenção nas décadas de 50 e 60 do século passado, situação que não tem se sustentado na atualidade, observando-se um recuo desse organismo nessa questão, por diferentes fatores.

O Nordeste permanece como ‘a região’ no país. Apresentando os maiores índices indicadores do atraso, traduz o Brasil subdesenvolvido em contraste com as demais regiões brasileiras. As regiões no país nada mais são que resultado de um recorte espacial determinado pelo IBGE, a ser seguido pela administração dos serviços públicos. No Brasil não há o hábito de se classificar as pessoas como “sudestinas”, “sulistas” ou “centro-oestinas”.

No máximo aplica-se a denominação “sulista” para aqueles que não são nordestinos, de sorte que apenas o nordeste tem a função de distinguir os nascidos em seu recorte como portadores de índices de desenvolvimento inferiores aos alcançados pelo restante do país.

Os problemas regionais no Brasil, construídos historicamente, indicam a existência de um quadro dual e contraditório entre manchas modernas de economia dinâmica, industrializada e outras caracterizadas pela baixa produtividade e sérias dificuldades impostas à população no que tange ao acesso aos itens essenciais.

"O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço". Raffestin (1993).

"O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". Souza (1995).

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vívido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas". (Raffestin, 1980).

ESQUEMA DE AÇÃO ESTRATÉGICA / ENFOQUE DAS PRIORIDADES



Mesa de Debate 1: Orçamento Público, Transparência e Controle Social

Telma Maria Escóssio Melo

Especialista em Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. Graduada em Administração de Empresas. Exerce o cargo de Inspetora da 4ª Inspeção da Diretoria de Fiscalização (DIRFI) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, tendo ingressado por concurso público no ano de 1997.

Dra. Telma destacou a importância das ferramentas de controle social do Orçamento e do PPA e o papel dos Prefeitos para congregar as necessidades da população e atendê-las da melhor forma. O Tribunal de Contas dos Municípios, por sua vez não fiscaliza apenas para apontar os erros, mas também para apurar os êxitos.

Ações Estruturantes do Tribunal de Contas dos Municípios

Comunicação

“Apenas a criação dos órgãos de controle não lhes outorga o necessário respaldo social, pois é preciso que funcionem e que esse funcionamento seja levado ao conhecimento da sociedade civil para que esta aprecie sua utilidade e eficácia.” Javier Medina Guijarro

TCM dialogando com a Sociedade – 184 Municípios, Criação de Peça de Teatro de Rua – “O DESPEITO”, “Aproximando o TCM da Comunidade Acadêmica”.

Capacitação

Educar significa formar para autonomia, isto é, para se autogovernar. Os cidadãos devem estar dotados de condições de entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos para, de forma consciente, sensível e responsável, pensar e agir localmente, intervindo e modificando a realidade social. Moacir Gadotti

Escola de Contas e Gestão (2007), Corpo Técnico, Jurisdicionados (184 Municípios), Cursos Setoriais (184 Municípios), Sociedade Civil – “Controle Social das Contas Públicas”.

Ferramentas para Acompanhamento e Participação Social

Sistema de Informações Municipais – SIM, Página na Internet, Portal da Transparência, Dados Abertos, Rede Social “Da sua Conta”.

Parcerias Institucionais

Tribunal de Contas da União, Rede Copa 2014/Congresso Nacional, Ministério Público Estadual, Junta Comercial, Secretaria da Fazenda do Estado, Controladoria Geral da União, Secretaria da Receita Federal, Secretaria de Finanças de Fortaleza.

Paulo César de Souza

Engenheiro químico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É especialista em Orçamento Público, por meio de curso promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Câmara dos Deputados. Exerceu, até 2007, o cargo de Analista de Controle Externo (ACE) do TCU. Em Brasília, atuou como professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Análise das Demonstrações Financeiras, Administração Financeira e Orçamentária.

Dr. Paulo representou o **Tribunal de Contas do Estado**. Assinalou que as funções do TCE são semelhantes às do TCM, com a diferença que o primeiro fiscaliza recursos de origem estadual. Destacou a importância dos instrumentos de planejamento público: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Plano Plurianual – PPA e Lei Orçamentária Anual – LOA. Chamou a atenção para o fato de

que esta última é a expressão em números do que legitimamos enquanto ação do governante. A transparência, destacada no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não é mera publicação; é preciso que haja clareza nos números. A força motriz de todo governo é a sociedade, portanto, é preciso combater a pobreza e a corrupção, para o bem da sociedade. Por outro lado, a sociedade precisa colaborar com o TCE. No site existe uma coletânea de documentos – LDO, Regimento Interno, Decisões – à disposição da população. É possível o controle externo: qualquer cidadão pode denunciar sem formalidade, contratos, obras, atrasos em programas, percentuais constitucionais, e outros.

Deputado Nelson Martins – Líder do Governo na Assembléia Legislativa - AL

Comentou sobre a democratização do orçamento e da gestão pública. A Assembléia Legislativa tem realizado Seminários e Audiências Públicas para escutar a população acerca do orçamento.

Apresenta-se a proposta orçamentária do Governo, e com as contribuições se constroem emendas ao orçamento. Considerando as exigências constitucionais em que 12% vai para a saúde, 25% para a educação e que gastamos cerca de 50% com a folha dos servidores, o que se discute são os investimentos, que, inclusive, cresceram em 2010. O Governo do Estado está de parabéns por ter realizado todo este processo. A AL tem buscado contribuir com a transparência através da Rádio Assembléia, da TV Assembléia, dos Seminários do Orçamento e outros. O Governo avançou na transparência quando passou a publicar no Portal da Transparência tudo que é empenhado, todos os contratos e convênios celebrados, o Portal das Compras. O Desafio: conclamar a sociedade a participar mais.

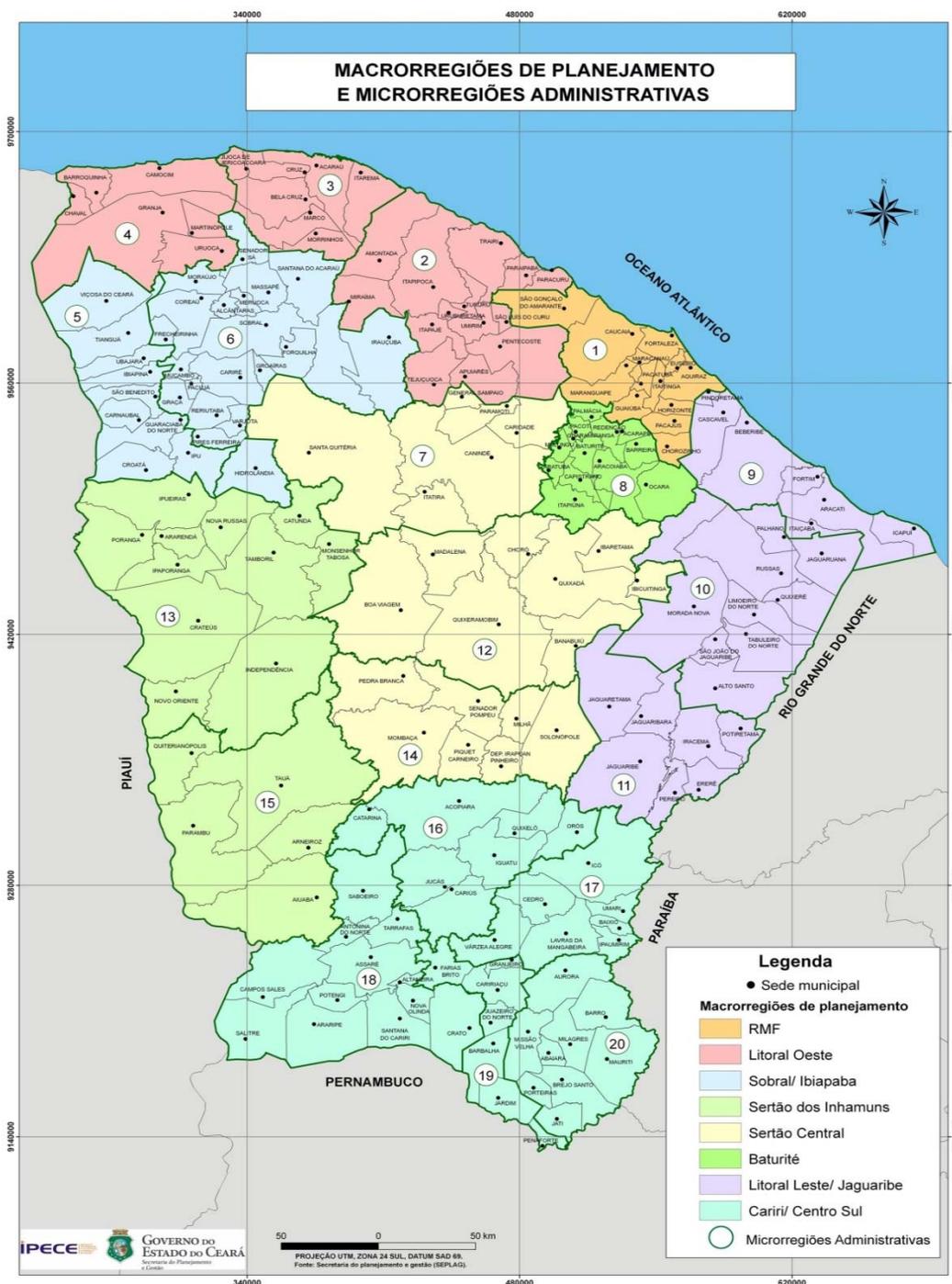
Mesa de Debate 2: Indicadores Regionais - sinalizando diretrizes prioritárias para o planejamento governamental e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Fátima Coelho Benevides Falcão

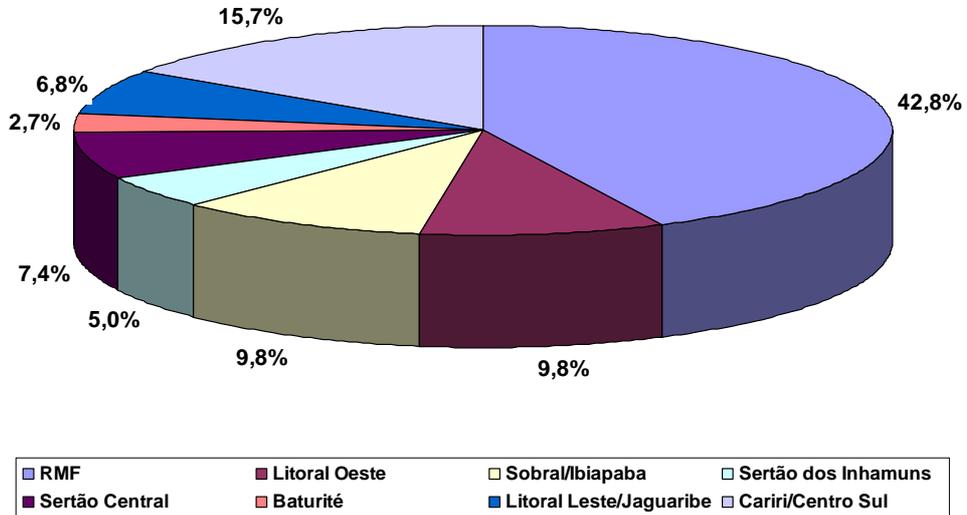
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC, com Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional pelo Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional (CETREDE) e Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela mesma universidade. É Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG). Exerceu entre outros, os cargo de: Diretora de Planejamento e Controle da Programação do Instituto de Planejamento do Município de Fortaleza (IPLAM), Coordenadora da Superintendência de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará (SEPLAN), de Coordenadora de Desenvolvimento

Regional da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. Atualmente é coordenadora de Planejamento, Orçamento e Gestão da SEPLAG – Ceará.

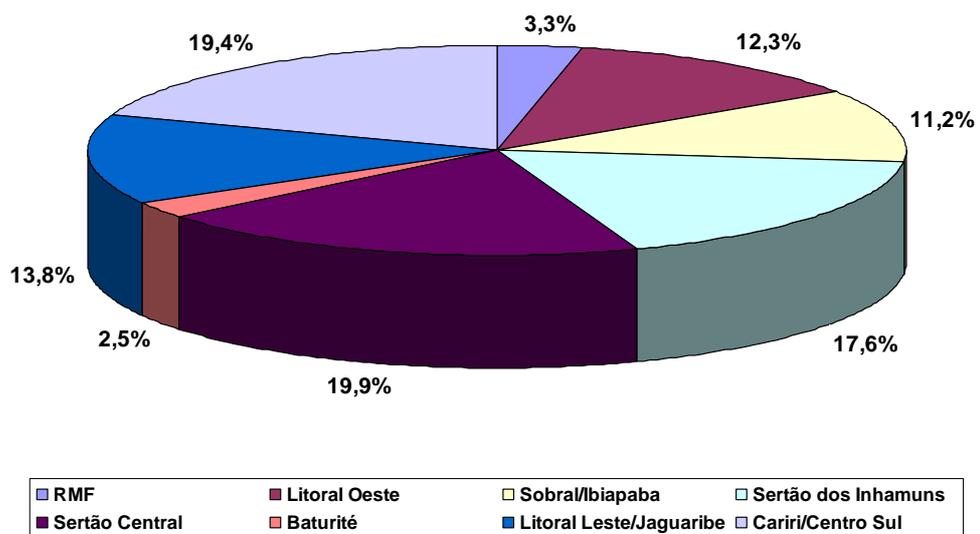
INDICADORES REGIONAIS – SINALIZANDO DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – Dra. Fátima Falcão



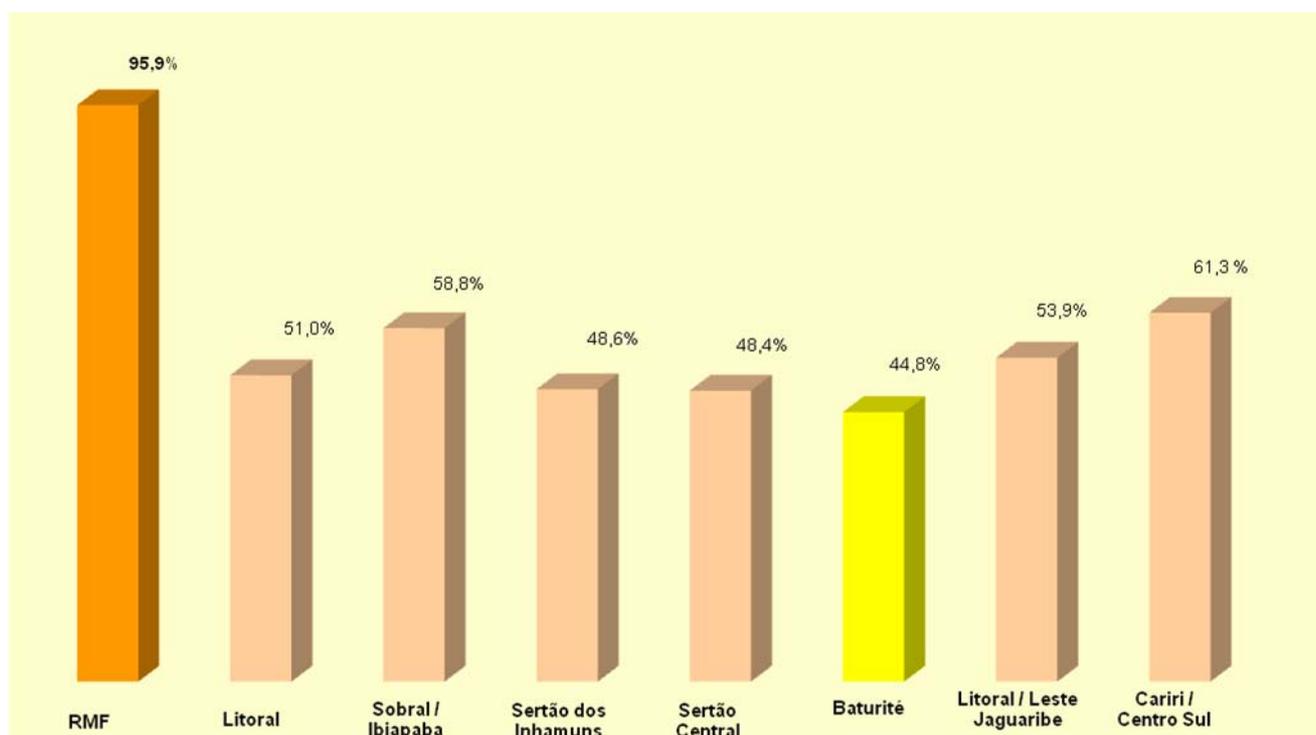
Percentagem da população em relação à população total



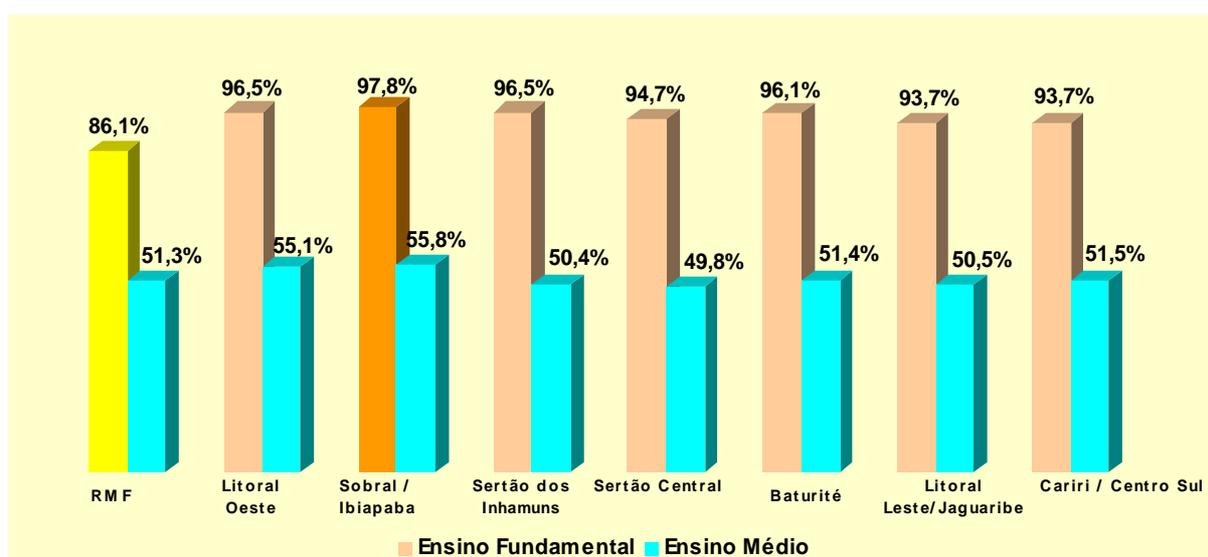
Percentagem da área em relação ao total



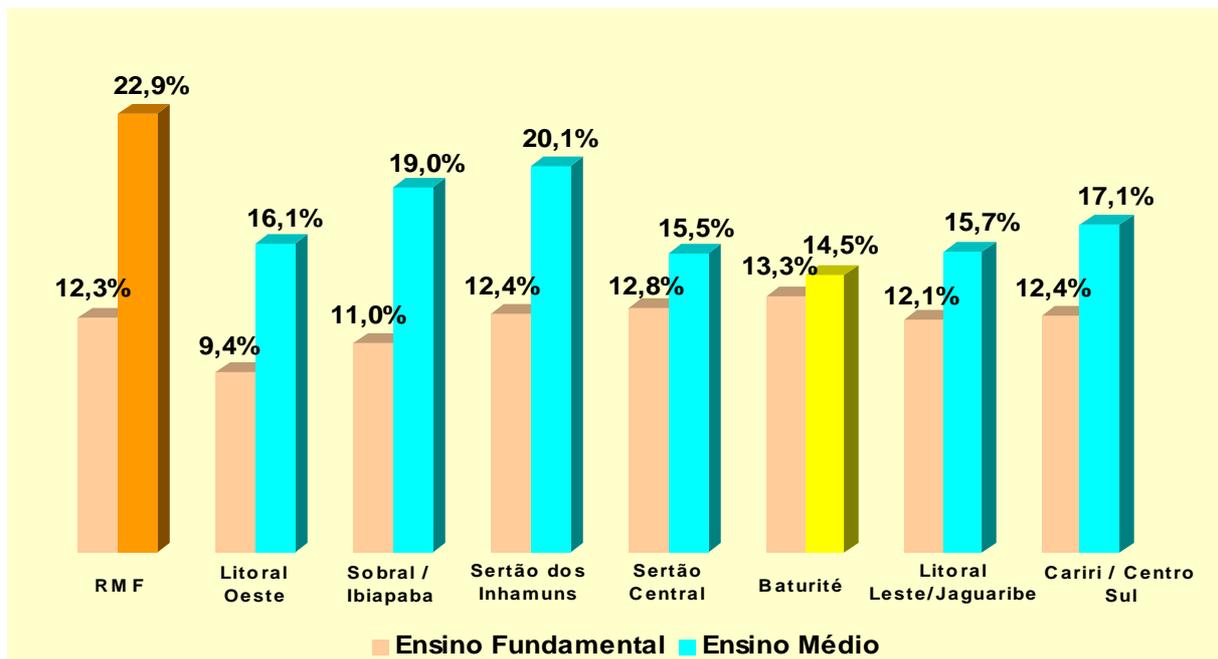
Taxa de urbanização segundo as macrorregiões – 2009



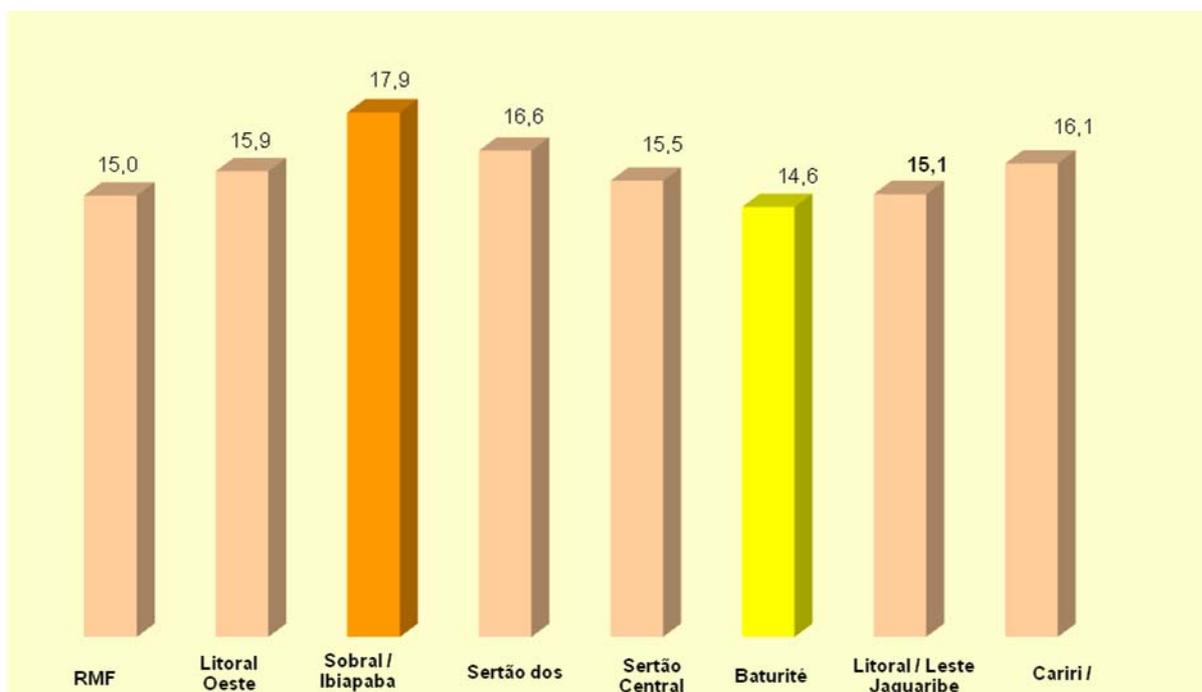
Taxa de escolarização no Ensino Fundamental e Ensino Médio - 2009



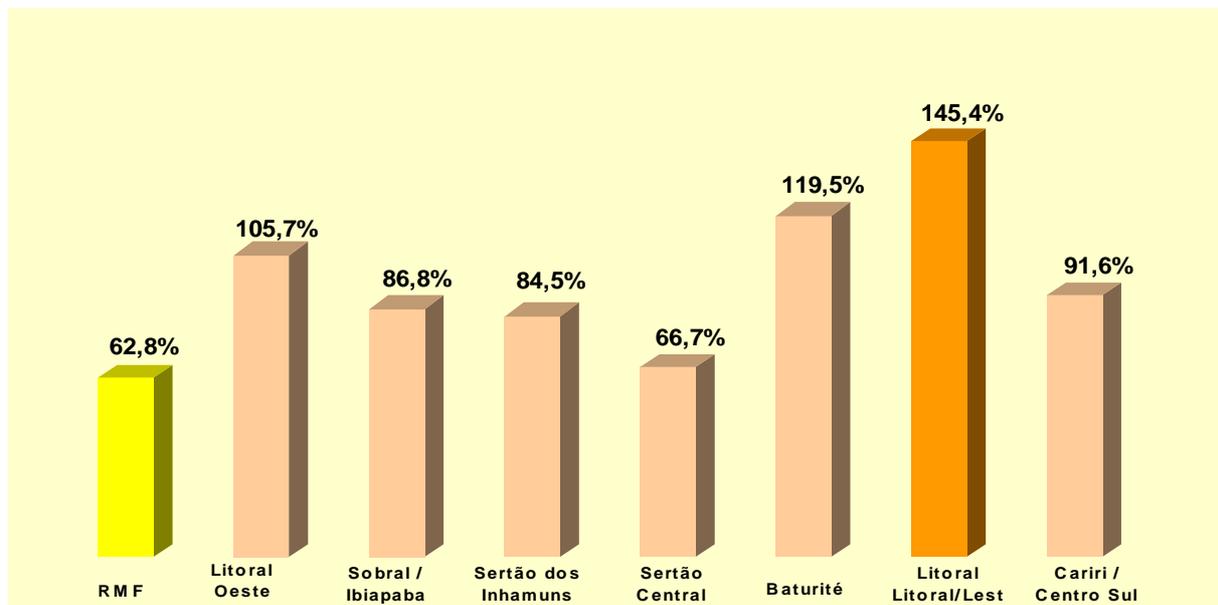
Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e Ensino Médio – 2009



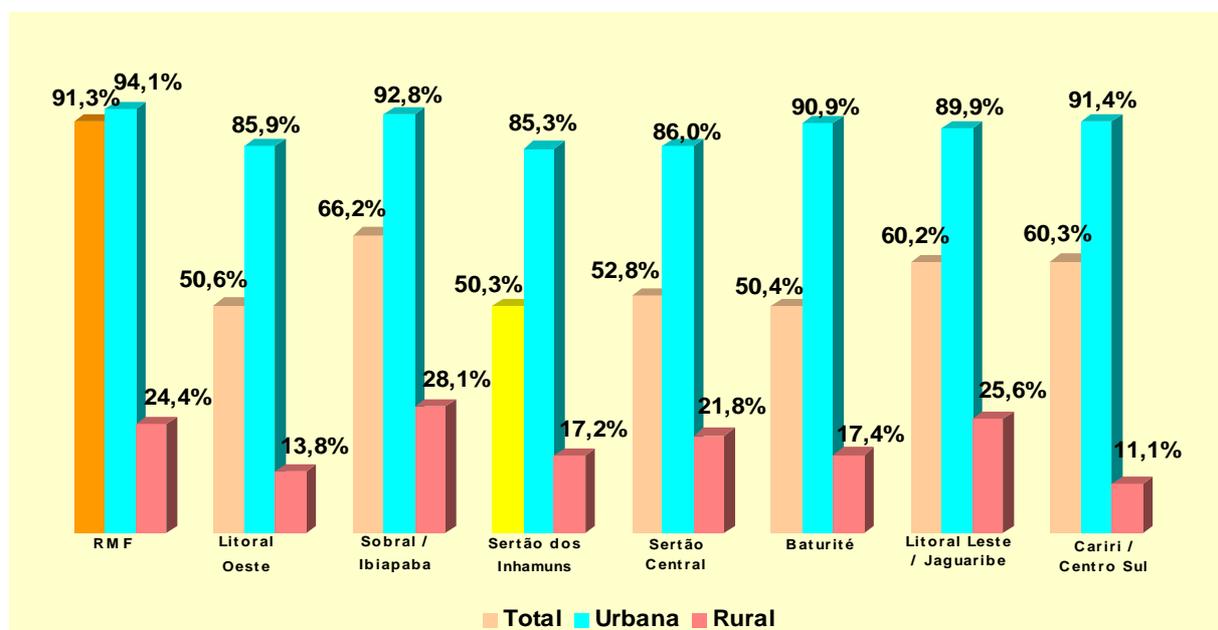
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos – 2009



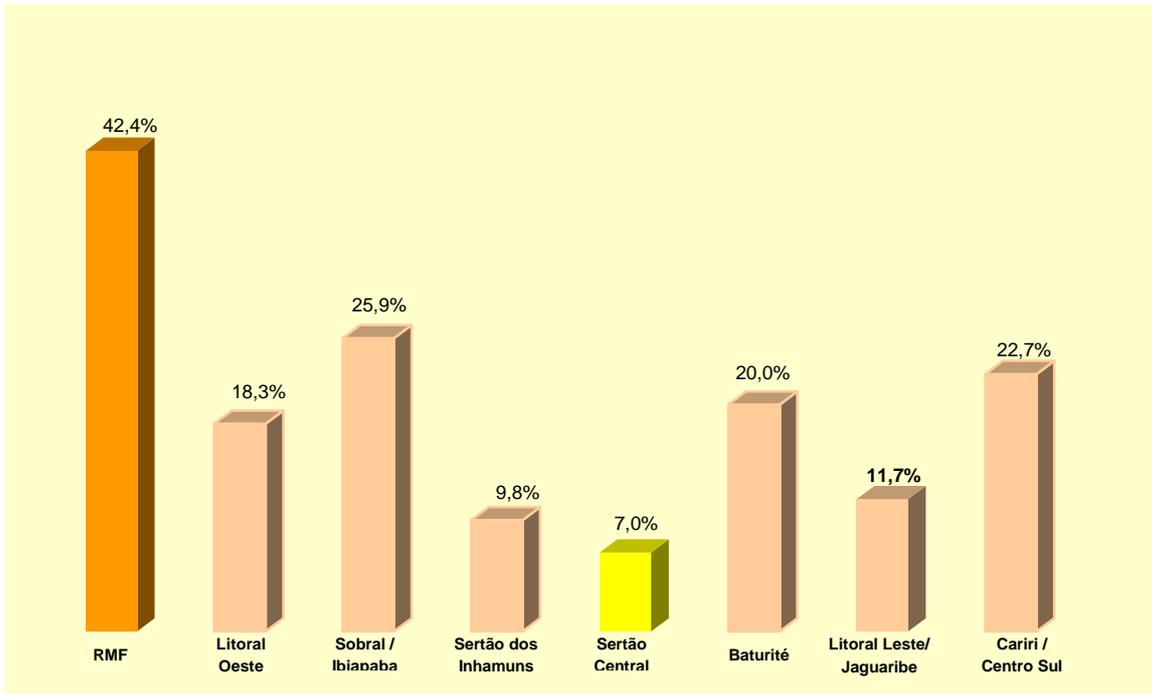
Razão da mortalidade materna, segundo as macrorregiões – 2009



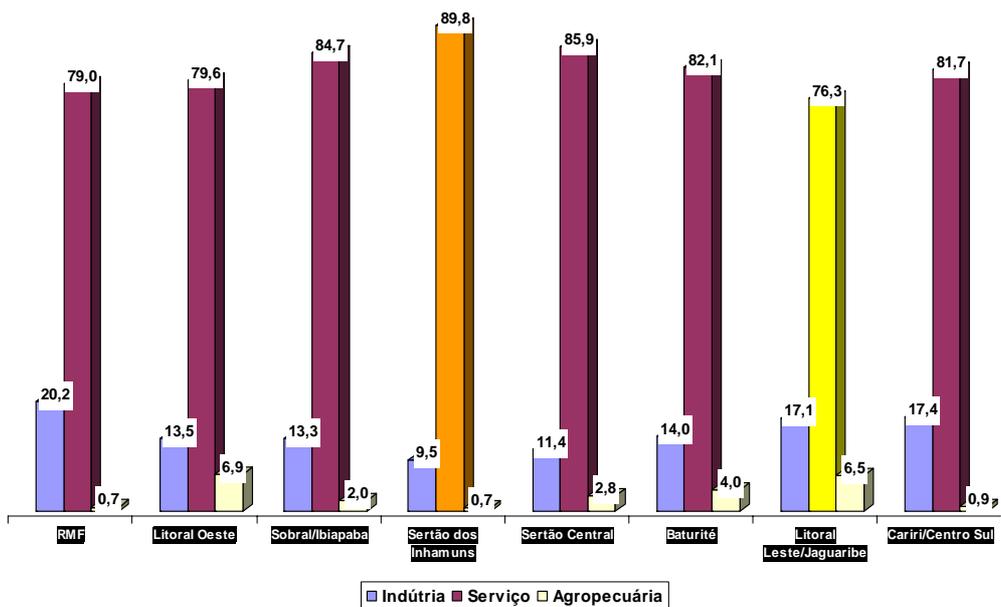
Percentual da população com abastecimento de água - 2009



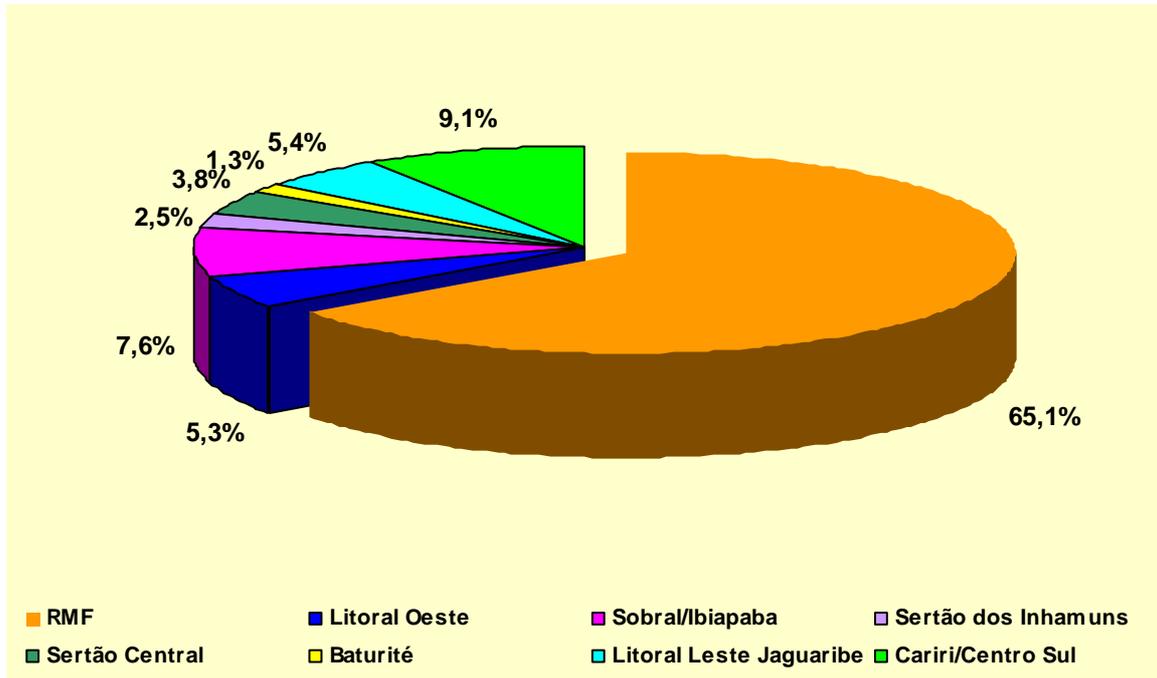
População coberta com esgotamento sanitário na área urbana - 2009



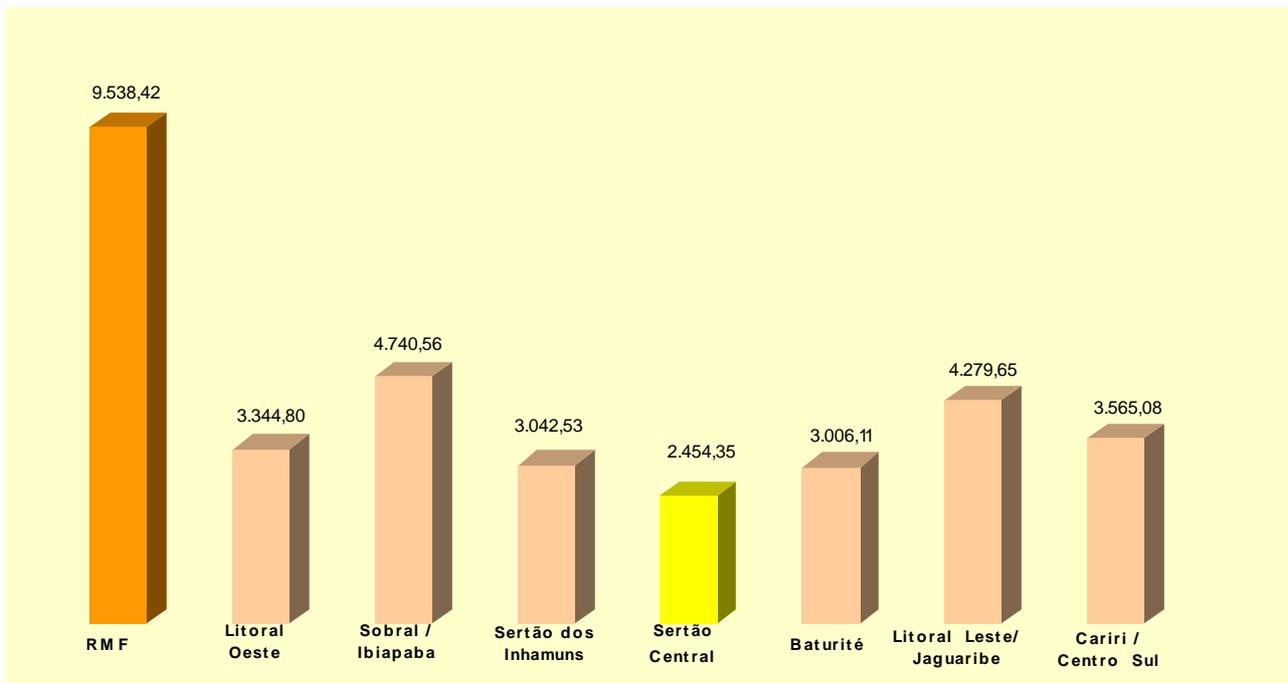
Percentual de emprego formal por setor - 2009



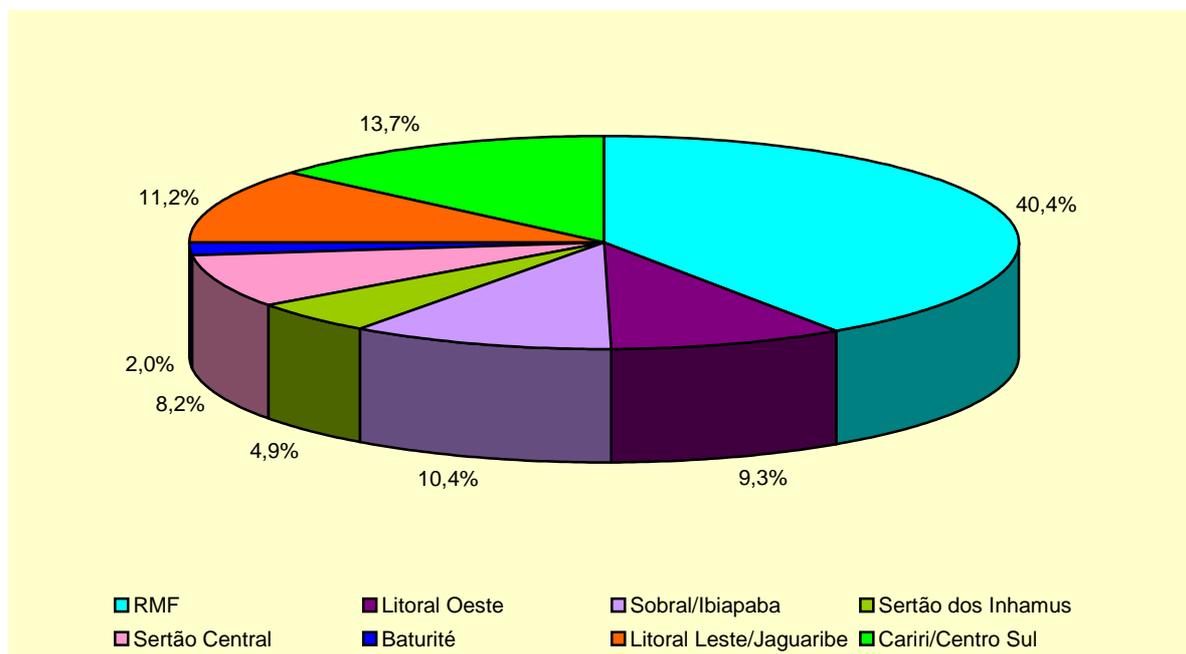
Percentual do PIB em relação ao PIB de Estado – 2007



PIB per capita em R\$ - 2007



Despesa empenhada do investimento, inversões financeiras e gastos correntes não continuados (MAPP) por macrorregião - 2010 (em %)



Eveline Barbosa Silva Carvalho

Ph.D. em Economia pela University of Illinois, Estados Unidos. Área de concentração: Economia Internacional. Tese intitulada “Economic Integration, Impacts and Alternative Responses in Brazil’s Northeast”. Mestre em Economia Rural pela da Universidade Federal do Ceará .(1989/1992). Especialista em Modelos de Equilíbrio Geral Computáveis pela University of Colorado, Boulder, Estados Unidos, Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza e em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. É Professora Adjunta IV do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará – UFC e atua como professora das disciplinas: Microeconomia, Comércio Internacional e Organização Industrial em cursos graduação e pós-graduação. Atualmente é Diretora Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica - IPECE, do Governo do Estado do Ceará.

LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NA ESCALA SUBNACIONAL – CEARÁ



Setembro de 2000: 191 países. Declaração do Milênio: 08 Objetivos, 18 Metas (2015) e 48 Indicadores.

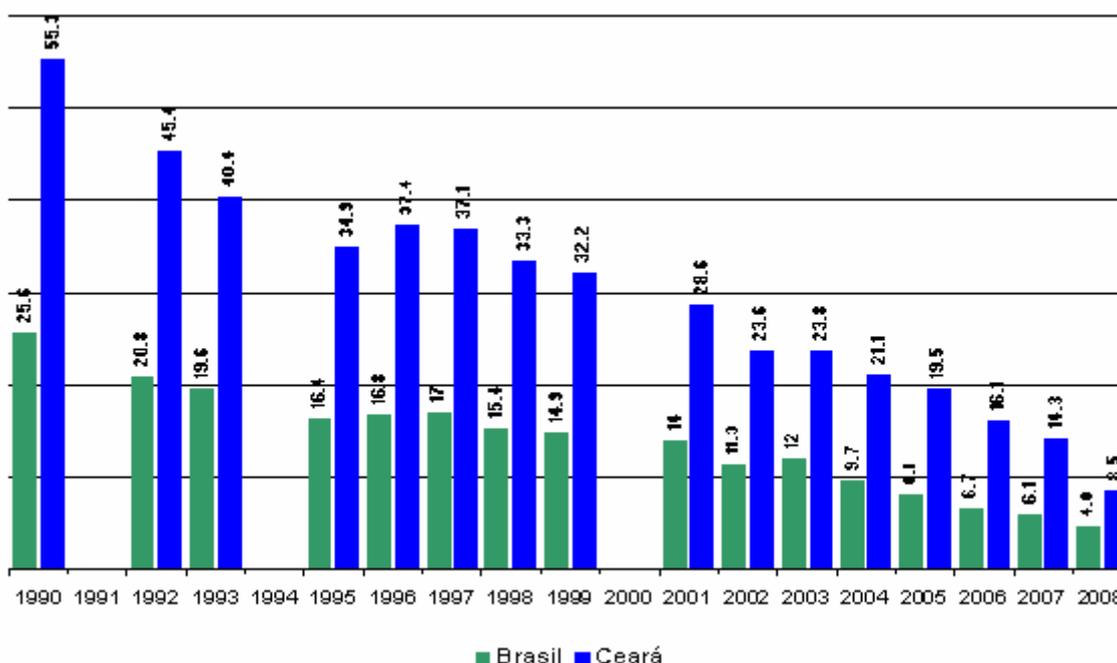
CEARÁ (Dados IBGE)

- 148.830 km²
- 9,57% da região NE
- 1,74% do território nacional
- 184 municípios
- 93% em região do semi-árido
- População de 8.472.231 habitantes
- Representa aproximadamente 15,8% da população do Nordeste
- Corresponde a 4,5% da população do Brasil
- 44,4% estão na região semi-árida
- 22º no ranking do IDH
- 23º na renda *per capita*

- 22º na expectativa de vida
- Menos de 2% do PIB nacional
- 15% do PIB nordestino
- 2ª Maior economia do Nordeste;
- PIB: Serviços: 69,21%; Indústria: 23,53%; Agropecuária: 7,03%
- A RMF concentra 41,7% da população e é responsável por 60% do PIB
- R\$ 56.939 milhões em 2008;
- Crescimento de 6,5% se comparado a 2007;
- Superior ao do Brasil que foi de 4,7%;
- Motivo → desempenho dos setores: agropecuário (24,5%); indústria (5,5%); e Serviços (5,2%).

Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome Meta 1: Reduzir a um quarto entre 1990 e 2015 (brasileira).

Gráfico 1.1: População Sobrevivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia (em %)



Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

Meta 3A - garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente da cor, raça e do sexo, concluem o Ensino Fundamental (brasileira)

Gráfico 2.1: Taxa de escolarização líquida na faixa etária de 7 a 14 anos (em %)

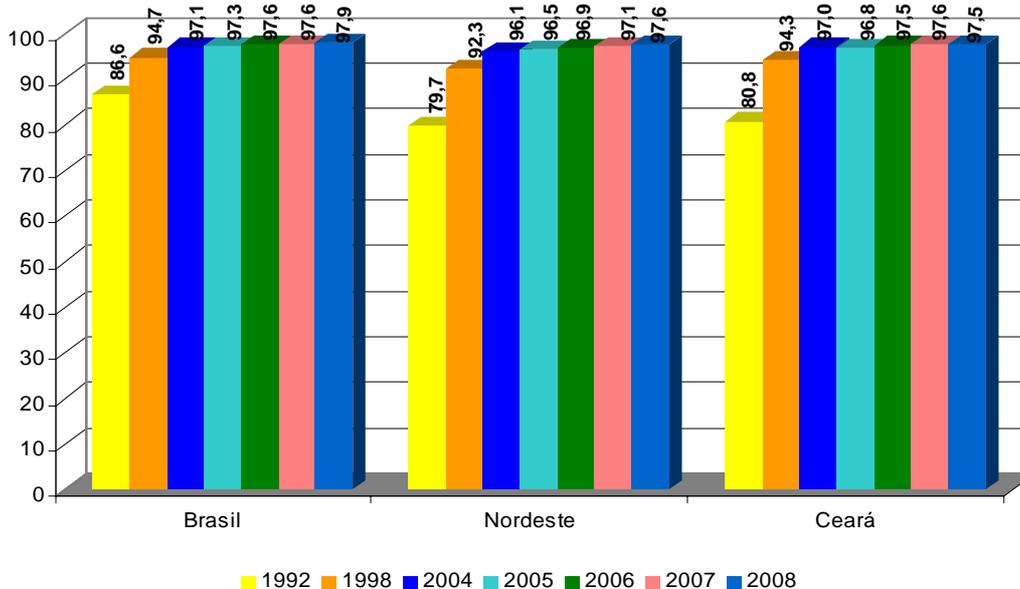
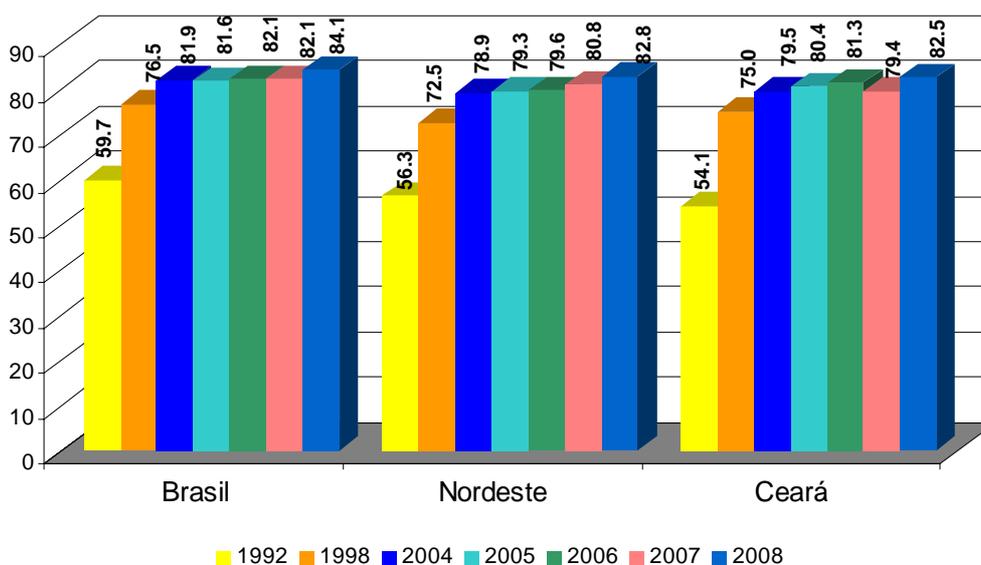


Gráfico 2.2: Taxa de escolarização líquida na faixa etária de 15 a 17 anos (em %)



Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher

Meta 4 - Eliminar as disparidades entre os sexos no Ensino Fundamental e Médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Gráfico 3.1: Razão entre número de mulheres e homens no Ensino Fundamental

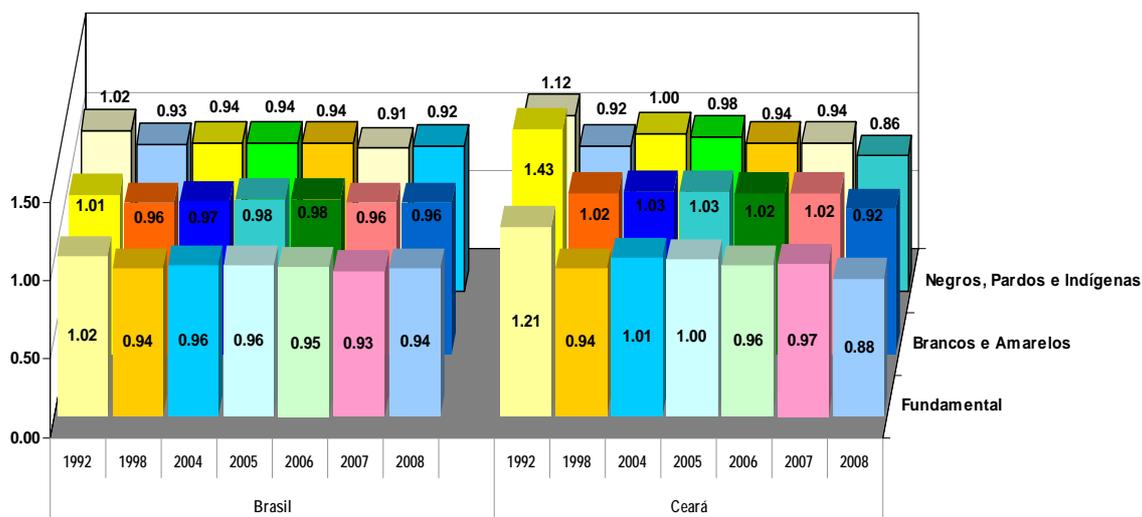
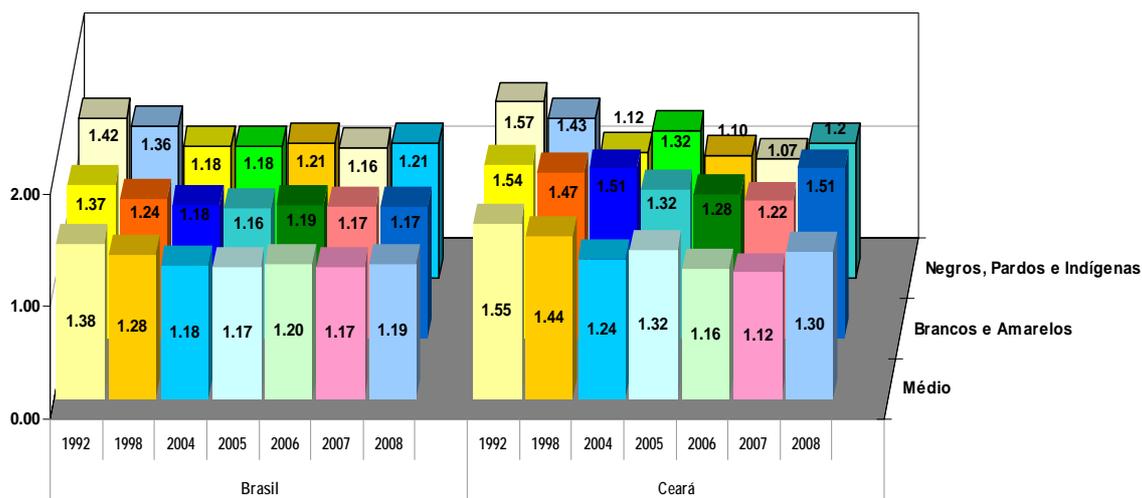
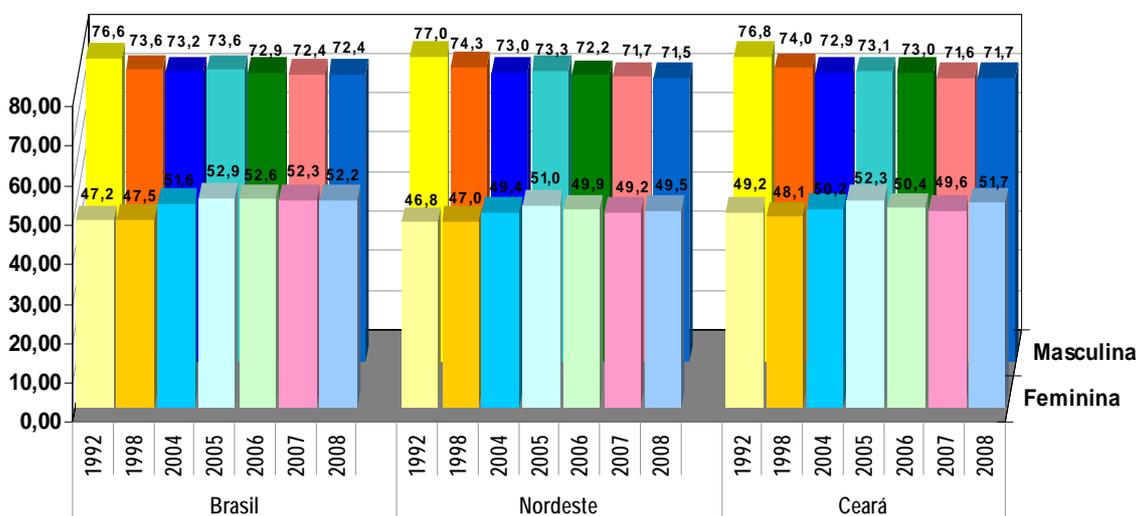


Gráfico 3.2: Razão entre número de mulheres e homens no Ensino Médio por raça/cor



Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher

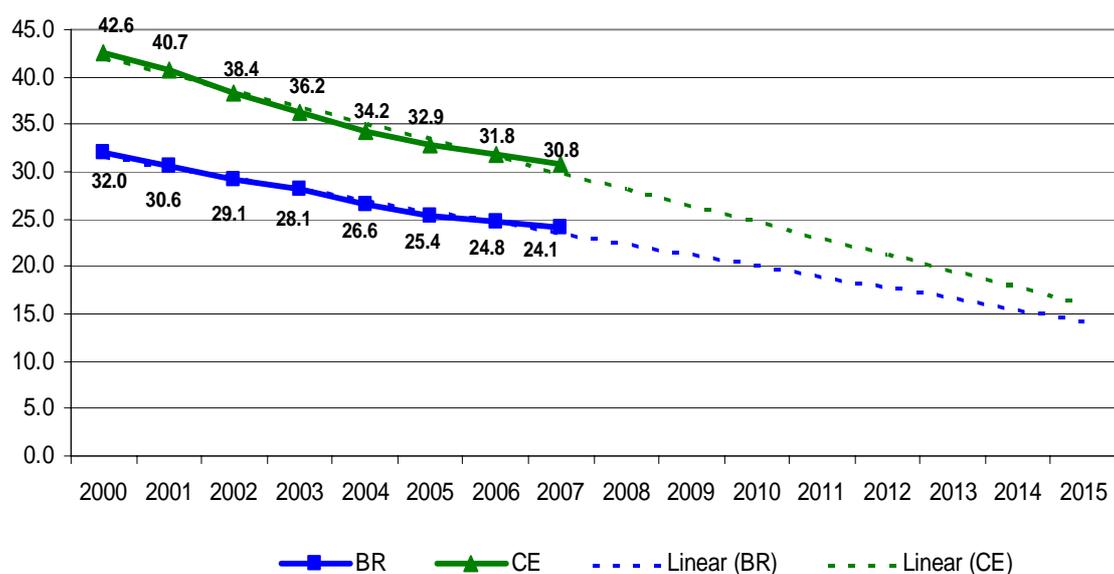
Gráfico 3.5 – Taxa de Participação na Força de Trabalho



Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade infantil

Meta 5 - Reduzir em 3/4 a Taxa de Mortalidade na Infância

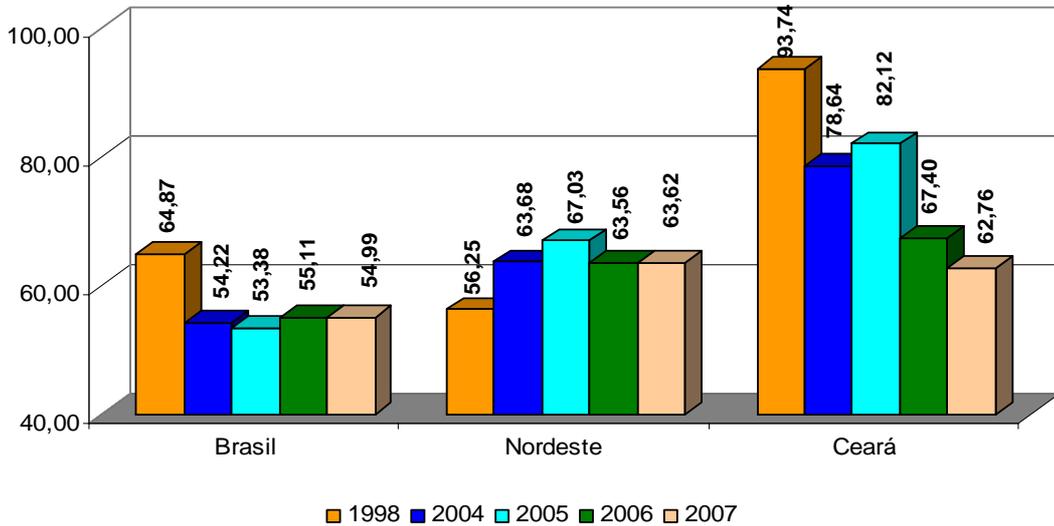
4.1 Taxa de Mortalidade na Infância (por 1.000 nascidos vivos) em crianças menores de 5 anos de idade



Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6 - Reduzir em $\frac{3}{4}$ a Razão de Mortalidade Materna

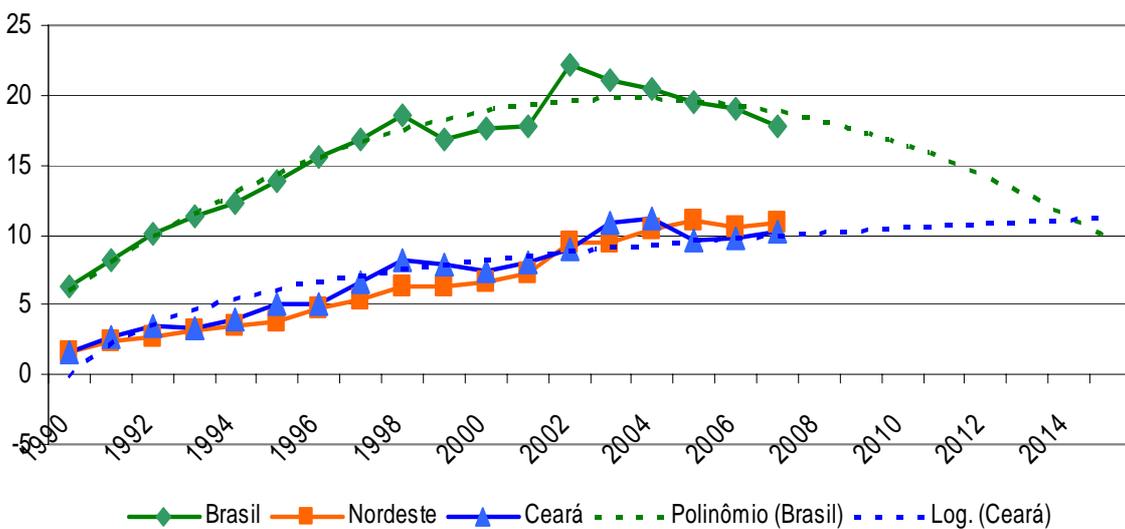
5.1 Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos)



Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Meta 7: Até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual

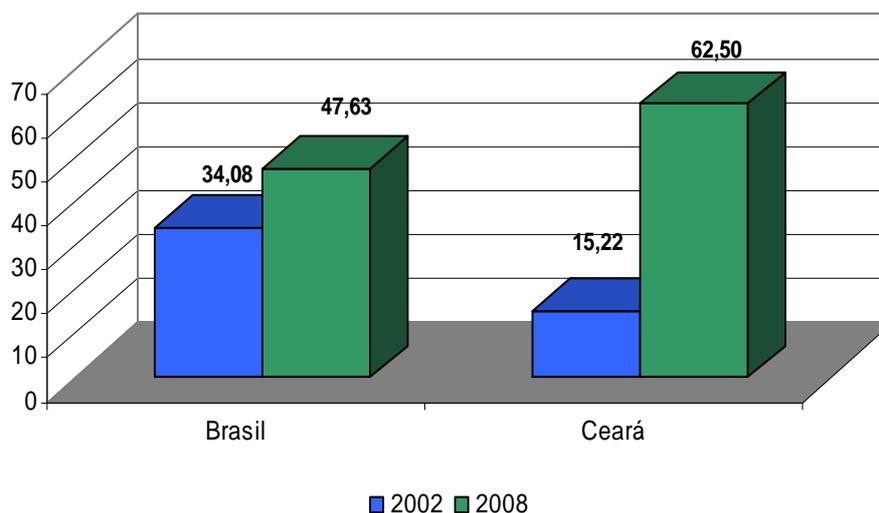
6.1 Taxa de incidência de AIDS



Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade Ambiental

META 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais

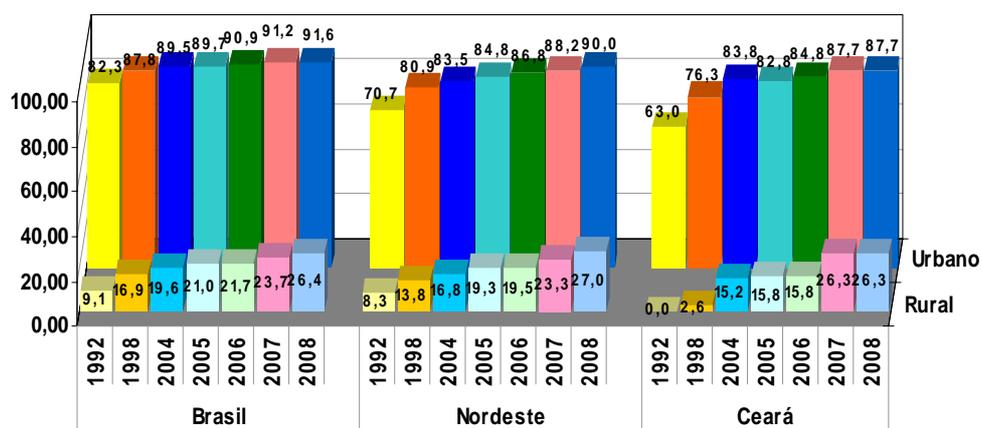
7.1 Percentual de Municípios com Conselhos municipais de meio ambiente



Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade Ambiental

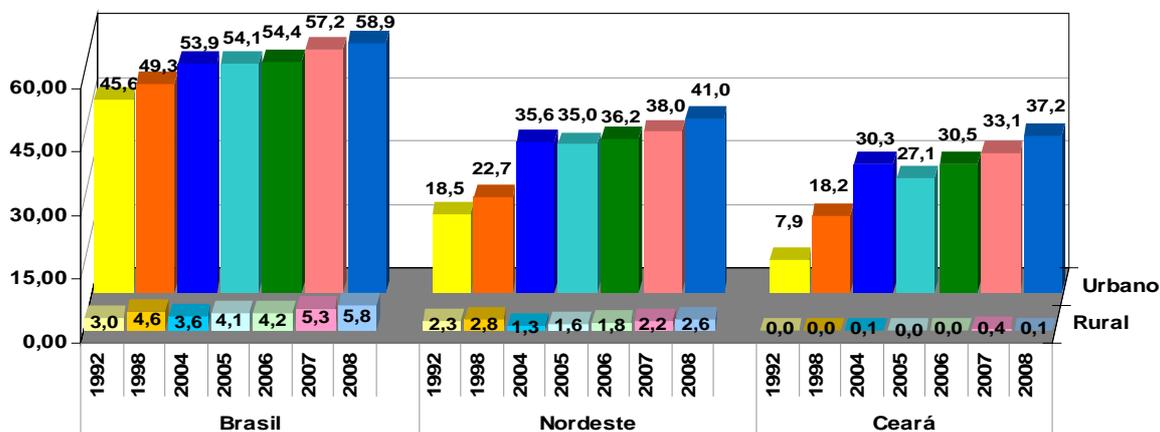
META 10: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário

7.2 – Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, RURAIS e URBANOS, com abastecimento de água via Rede geral com canalização interna.



Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade Ambiental

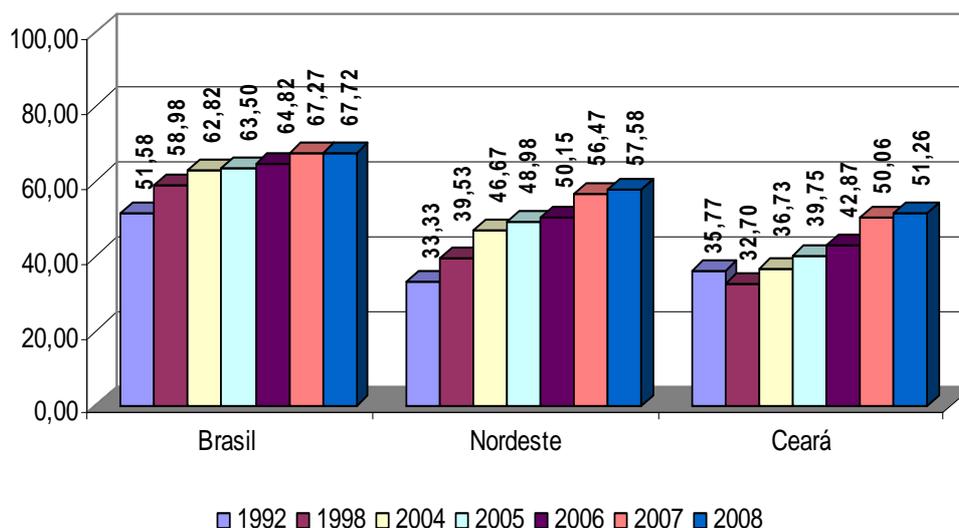
7.3 - Percentual de Domicílios particulares permanentes RURAIS e URBANOS Com esgotamento sanitário com Rede Coletora



Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade Ambiental

META 11 - Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

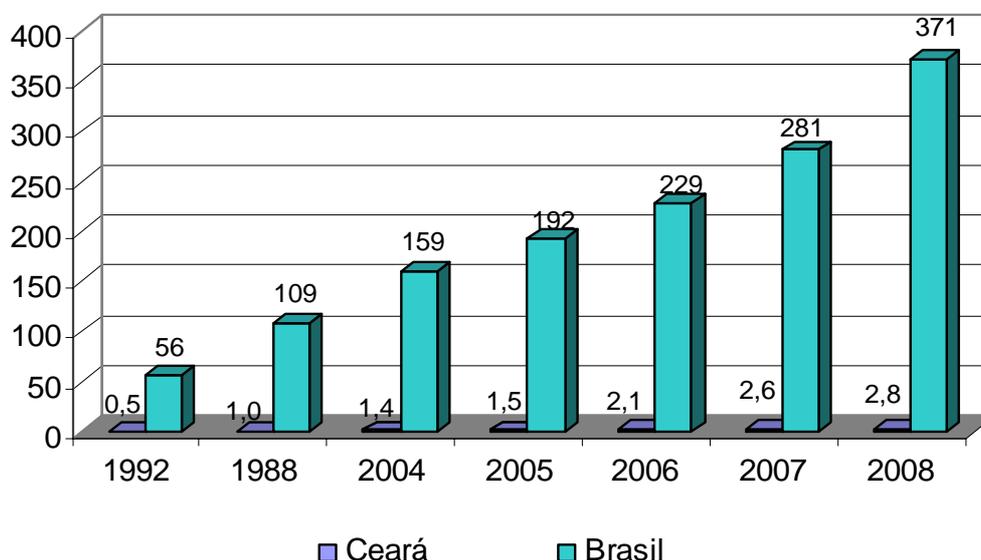
7.5 - População Urbana sob moradia adequada (%)



Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Meta 12 - Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto.

8.1 Fluxo do comércio internacional – Brasil e Ceará - US\$ bilhões



RESULTADOS DO TRABALHO EM GRUPOS

O trabalho em grupos foi realizado a partir da divisão dos participantes do Fórum através das oito Macrorregiões do Estado e a moderação realizada por um técnico da Seplag para cada grupo. Teve uma duração de 45 minutos para a realização das atividades. Os participantes foram orientados a se dividir em dois sub-grupos (Eixo 1 – Economia para uma vida melhor e Eixo 2 – Sociedade Justa e Solidária) e escolheram um coordenador e um relator para desenvolver as atividades previstas.

O objetivo principal do trabalho de grupo foi o de analisar as prioridades apontadas durante as oficinas regionais para a elaboração do PPA 2008-2011, verificar os avanços ocorridos durante a atual gestão governamental e sugerir novas ações necessárias para o pleno alcance dos resultados previstos. Para tanto, foram orientados, após uma reflexão do grupo, a marcar com um “X” as ações onde foram observados avanços, ainda que não houvesse alcançado plenamente os resultados esperados. Na coluna “Desafios” deveriam fazer sugestões para dar continuidade e/ou aperfeiçoar as ações prioritárias já elencadas. Caso fosse necessário, poderiam incluir, no máximo, mais três ações prioritárias para cada um dos temas existentes (agricultura e pesca, meio ambiente, educação, saúde, etc).

Ao final dos trabalhos, os grupos entregaram as planilhas preenchidas encontrando-se no anexo deste documento.

ANEXOS

Programação

Data: 22 de novembro de 2010

Horário: 08:00 horas – 17:00 horas

Local: Condomínio Espiritual Uirapuru – CEU, Av. Alberto Craveiro, 2222 – Castelão,

Objetivos:

- Ampliar as bases de discussão sobre o planejamento territorial e os desafios da gestão orçamentária no contexto da política estadual;
- Apontar as expectativas de desenvolvimento das regiões estaduais com base nos indicadores estratégicos regionais e nos desafios do planejamento;
- Dar continuidade ao processo de fortalecimento do controle social e de transparência das informações governamentais.

Agenda

8:00 h - Credenciamento e café da manhã

9:00 h - Abertura Oficial

9:30 h - Palestra – Os desafios do Desenvolvimento Territorial no Ceará - José Borzacchiello da Silva

10:20 h - Mesa de debate 1: Orçamento Público, transparência e controle social - representantes do Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Assembléia Legislativa - AL.

11:00 – Perguntas e respostas

12:00 - Almoço

13:30 h – Mesa de debate 2: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Indicadores Regionais sinalizando diretrizes prioritárias para o planejamento governamental – SEPLAG e IPECE.

15:30 h - Trabalho de Grupo – Diretrizes prioritárias para o desenvolvimento das macrorregiões

16:30 h – Plenária e avaliação do evento

17:00 h - Encerramento

AVALIAÇÃO

PONTOS POSITIVOS

- Ambiente agradável
- Muito organizado
- Interação
- Integração – conhecimento
- Material didático de excelente qualidade
- Ambiente físico adequado e climatizado
- Facilitadores com excelente qualidade na condução dos trabalhos
- Local agradável
- Temas
- Palestrantes
- A equipe de trabalho
- Alimentação
- Considero ótimo, mas com pouco tempo para conclusão dos trabalhos
- A acolhida
- Alto nível dos palestrantes.
- presença dos gestores/prefeitos

PONTOS NEGATIVOS

- Pouco tempo
- Espaço insuficiente para participação
- A falta compromisso dos participantes
- Tempo curto
- Tempo desperdiçado
- Debates extensos
- Pouca produtividade
- Pouco tempo para discussão do guia de orientação dos trabalhos de grupo
- Atraso no início do evento
- Muita fala e pouco tempo para os trabalhos em grupo
- Evento de apenas um dia para tratar de assuntos tão importantes
- Distribuição do material
- Material insuficiente
- Certificado de participação
- Horário não cumprido

SUGESTÕES:

Que haja mais tempo para os trabalhos de grupo, distribuição de *kits* para todos os participantes, tempo cronometrado para perguntas ou sugestões orais, solicitando aos participantes para não fugirem do tema. Resumir a palestra/diminuir o tempo para cada participante.

Participantes do IV Fórum do Planejamento Participativo e Regionalizado do PPA -2010

Macrorregiões	Participantes				Total
	Poder Público	Poder Legislativo	Sociedade Civil	Prefeitos	
TOTAL	252	7	103	21	386
RMF	136	-	41	1	178
Litoral Oeste	20	2	10	4	36
Sobral/Ibiapaba	7	-	2	1	10
Sertão dos Inhamuns	11	-	6	1	18
Sertão Central	24	3	13	6	46
Baturité	23	2	10	5	40
Litoral Leste/Jaguaribe	20	-	15	2	37
Cariri/Centro Sul	11	-	9	1	21

Fonte: SEPLAG/PPA 2010. Pesquisa direta.

REGISTRO FOTOGRÁFICO











